1 Contexto operacional

A Excelsior Alimentos S.A. (Companhia), com sede em Santa Cruz do Sul-RS, é líder nacional da produção e comercialização de patês em bisnagas e tem como principal atividade de atuação a industrialização e comercialização de embutidos de carnes, sendo seus principais produtos: presuntos, fiambres, mortadelas, linguiças, salsichas e patês. A cadeia de distribuição da Companhia permite que seus produtos sejam comercializados junto a redes varejistas, distribuidores e revendedores e pequenos estabelecimentos comerciais, principalmente na Região Sul, tendo o Rio Grande do Sul como seu principal mercado.

No dia 07 de junho de 2013, as Administrações da JBS S.A.(JBS) e Marfrig Alimentos S.A.(Marfrig), celebraram um Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças "contrato", este contrato está condicionado a aprovação pelas autoridades competentes, inclusive do CADE, envolve a transferência para a JBS, da totalidade da participação acionária detida pela Marfrig, direta e indiretamente, equivalente a 64,57% (sessenta e quatro vírgula cinquenta e sete por cento), do capital social da Excelsior Alimentos S.A. Como condição resolutiva para a transferência, a JBS se obriga a realizar uma oferta pública de aquisição (OPA) da ações com direito a voto de propriedade dos demais acionistas da Excelsior, conforme exige a Lei das Sociedades por Acões.

Em 30 de setembro de 2013, a JBS S.A. e a Marfrig Alimentos S.A. implementaram o fechamento da operação avençada por meio do Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças.

Em 30 de outubro de 2013, a JBS S.A. "JBS", atual acionista controladora da Companhia, protocolou perante a Comissão de Valores Mobiliários-CVM ("CVM") e a BM&FBOVESPA S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, o pedido de registro da Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias de emissão da Companhia, por alienação de controle com a adoção de procedimento diferenciado, visando aquisição, da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado, nos termos do artigo 254-A da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, e do artigo 34 da Instrução da CVM nº 361 de 05 de março de 2002, e alterações posteriores ("OPA"). O fato relevante referente ao pedido de registro da OPA, foi divulgado ao mercado em 30 de outubro de 2013. Atualmente, o pedido de registro da OPA permanece sob análise da CVM.

A Companhia tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo sob os códigos BAUH4 e BAUH3.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia incluem:

- As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância à Lei das Sociedades por Ações - Lei das S.As., considerando as alterações introduzidas através das Leis 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

b. Regime Tributário Transitório (RTT)

Regime Tributário Transitório (RTT) - Os valores apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 consideram a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) pela Companhia, conforme facultado pela Lei nº 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações ocorridas na legislação Brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela própria Lei nº 11.941/09.

c. Medida Provisória nº 627 de 2013

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a MP 627, trazendo alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição (RTT); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As providências da MP entram em vigor a partir de 2015, entretanto a referida MP permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014 como condição para eliminar eventuais efeitos tributários relacionados à dividendos pagos até a data da publicação da referida MP, ao cálculo dos juros sobre capital próprio e à avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial.

Contudo, até a presente data a Receita Federal do Brasil não regulamentou a forma e o prazo de exercício dessa opção, além do que a própria MP foi objeto de diversas propostas de emenda, o que torna impraticável à Administração da Empresa tomar qualquer tipo de decisão à respeito das referidas alterações. A decisão final sobre o efetivo exercício de tal opção será tomada quando da conversão do texto final da MP em lei.

Com base no texto atual da referida MP, a Empresa elaborou estudos sobre os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação das referidas disposições da MP e concluiu não resultar em ajustes relevantes nas suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013.

d. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

e. Aprovação das demonstrações contábeis

A aprovação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de março de 2014.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita operacional compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia.

Nas demonstrações do resultado a receita operacional é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. Na nota explicativa 19 apresentamos a conciliação da receita operacional líquida.

Em conformidade com o IAS 18/CPC 30 R1 - Receitas, a receita é reconhecida quando, e somente quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem;
- (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a endidade;
- (iv) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens; e
- (v) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, sejam confiavelmente mensuradas.

As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

d) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual perda do seu valor recuperável. Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor recuperável.

e) Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

As despesas com a constituição da Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas operacionais" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do período.

f) Estoques

De acordo com CPC-16 - Estoques, os estoque são registrados aos custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques são reconhecidos no resultado quando da venda.

g) Imobilizado

É demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, considerando a estimativa de vida útil econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na nota explicativa 10.

h) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos mercantis é depreciado pelas mesmas taxas mencionas na nota explicativa 10.

(Em milhares de reais)

i) Intangível

É composto por softwares adquiridos de terceiros registrados de acordo com o CPC 4 - Ativos intangíveis pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

j) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

k) Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

I) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis, e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa 13.

m) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre os prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social.

n) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

o) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em iulnado

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis não estão provisionados, porém estão divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não estão provisionados nem divulgados.

p) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

q) Instrumentos financeiros

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

· Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como "mantido para negociação" e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativo são reconhecidas no resultado do período. O instrumento financeiro classificado nessa categoria é "Caixa e Equivalente de caixa".

· Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. O principal ativo que a Companhia possui classificado nesta categoria é "Contas a receber".

· Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros, incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado, são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou quitadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, débitos com Companhias ligadas e outras contas a pagar.

· Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

t) Apresentação de relatórios por segmentos

De acordo com o CPC 22 - Informações por segmento - O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

u) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no CPC 3 - Demonstração dos fluxos de caixa.

v) Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia inclui na divulgação das suas demonstrações contábeis a Demonstração do valor adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiamentos, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

x) Novos pronunciamentos contábeis

A Companhia analisou os novos pronunciamentos contábeis e concluiu que não há efeitos para serem divulgados antecipadamente nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.13	31.12.12
Caixas e bancos	1.854	918
Aplicações financeiras - CDB	1.053	38
	2.907	956

21 12 12

As aplicações financeiras possuem vencimento original de até 90 dias a contar da data da contratação, estão sujeitos a risco insignificante de alteração de valor e são remunerados a 100,50% da variação do CDI. A Companhia não possui nenhuma restrição de uso dos valores de caixa e equivalentes de caixa.

5 Contas a receber de clientes

	31.12.13	31.12.12
Duplicatas a vencer	13.390	12.870
Duplicatas vencidas:		
De 1 a 30 dias	1.921	1.788
De 31 a 60 dias	28	68
De 61 a 90 dias	4	38
Acima de 90 dias	243	187
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	(244)	(165)
	1.952	1.916
	15.342	14.786
Conforme IFRS 7/CPC 40 Instrumento Financeiros , segue a movimentação da PECLD:		
	31.12.13	31.12.12
Saldo inicial	(165)	(42)
Adições	(419)	(389)
Baixas	340	266
Saldo final	(244)	(165)

6 Estoques

1	31.12.13	31.12.12
Mercadorias e Produtos acabados	1.861	2.543
Produtos em processo	209	243
Matérias-primas e embalagens	1.782	1.727
Almoxarifado	465	363
	4.317	4.876
Impostos a recuperar		
	31.12.13	31.12.12
ICMS	308	433
IPI .	2	8
IRRF	9	76
PIS e Cofins	274	242
ICMS, PIS e Cofins sobre faturamento não embarcado - IAS 18 / CPC 30	180	-
	773	759
Desmembramento:		
Ativo circulante	191	306
Ativo não circulante	582	453
	773	759

IRRF

Os créditos são provenientes de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre aplicações financeiras realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

ICMS, PIS e Cofins sobre faturamento não embarcado - IAS 18 / CPC 30

Refere-se a provisão para estorno dos impostos incidentes sobre as vendas, nas quais, todas ou uma das condições abaixo relacionadas não foram satisfeitas:

- (a) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos e/ou mercadoiras vendidas foram inteiramente transferidos para o comprador;
- (b) a Companhia não mantem envolvimento continuado na gestão dos produtos e/ou mercadorias vendidas em grau normalmente associado à propriedade, nem efetivo controle de tais produtos e/ou mercadorias vendidas;
- (c) o valor da receita pode ser confiavelmente mensurado;
- (d) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- $(e) \ as \ despesas \ incorridas \ ou \ a \ serem \ incorridas, \ referentes \ \grave{a} \ transação, \ podem \ ser \ confiavelmente \ mensuradas.$

8 Outros ativos circulantes e não circulantes

	31.12.13	31.12.12
Sinistro à receber (i)	651	1.065
Adiantamentos a funcionários	134	37
Eletrobrás (ii)	3.307	895
Adiantamentos a fornecedores	164	-
Importações em andamento	25	-
Depósitos Judiciais (nota 18)	675	801
Outros	5	13
	4.961	2.811
Desmembramento:		
Ativo circulante	4.286	1.115
Ativo não circulante	675	1.696
_	4.961	2.811

- (i) A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2013 valor a receber no montante de R\$ 651, referente a sinistro ocorrigo no mês de agosto de 2013, no armazem de terceiro, localizado em Esteio-RS, com previsão de recebimento no próximo exercício social.
- (ii) A Companhia é polo ativo em ação judicial contra Eletrobrás, visando obter o reconhecimento judicial do direito de receber a devolução do empréstimo compulsório da Eletrobrás com correção monetária integral, incluídos os expurgos inflacionários, desde a data da efetivação do empréstimo, até a efetiva restituição, bem como receber juros sobre os valores acrescidos da correção indevidamente expurgada. O valor da causa totaliza R\$ 3.307 mil. A possibilidade de perda avaliada como remota, com base na estimativa feita pelos assessores jurídicos da Companhia. Em 11 de outubro de 2013, o Juiz despachou nos autos, intimando a Eletrobrás a efetuar o pagamento do valor levantado nos cálculos do perito.

9 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e nas contas de resultado são a seguir apresentados:

	31.	31.12.13		12.12
	Clientes	Fornecedores	Clientes	Fornecedores
Seara Ltda	-	4.489	-	3.704
JBS S.A.	-	7	-	-
	-	4.496	-	3.704

21 12 12

Impactos das transações entre partes relacionadas nas contas de resultado:

	31.12.13		31.12.12	
	Compras de mercadorias	Receitas de vendas	Compras de mercadorias	Receitas de vendas
Seara Ltda.	48.060	-	36.157	-
JBS S.A.	35	-	-	-
	48.095	-	36.157	-

Detalhamento das transações com partes relacionadas

Os saldos de passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações de compra da Companhia das empresas ligadas, a preços e condições semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

Durante o exercício findo 31 de dezembro de 2013 a Companhia comprou R\$ 48.095 de matéria-primas/mercadorias das empresas ligadas.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração da Companhia inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	31.	31.12.13		2.12
	Membros	Valor agregado	Membros	Valor agregado
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	4	504	5	471
Participação proposta para os administradores	-	431	-	-
	4	935	5	471

O Diretor-Presidente e de Relação com Investidores, faz parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios.

De acordo com o IAS 24 (alterações)/CPC 05 R1 – Apresentação de Partes Relacionadas, com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho regido pela CLT ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração com base em ações.

10 Imobilizado

a) Composição do imobilizado

				Líquio	do
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31.12.13	31.12.12
Terrenos	0,0%	1	-	1	1
Imóveis	4,0%	4.920	(2.150)	2.770	2.599
Máquinas e equipamentos	10,0%	11.805	(5.381)	6.424	5.238
Móveis e utensílios	10,0%	158	(89)	69	48
Instalações	10,0%	1.257	(850)	407	381
Equipamentos de informática	20,0%	361	(261)	100	113
Veículos	20,0%	812	(473)	339	515
Obras em andamento		594	-	594	393
	_	19.908	(9.204)	10.704	9.288

A Companhia revisa anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados. A Adminsiistração da Companhia revisou a vida útil dos bens do ativo imobilizado obtendo entendimento sobre a adeaquacidade das taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado que estão sendo aplicadas, conforme divulgado no quadro acima.

b) Movimentação sumária do imobilizado

Custo corrigido	31.12.12	Adições	Baixas	Transferências	31.12.13
Terrenos	1	-	-	-	1
Imóveis	4.635	-	(23)	308	4.920
Máquinas e equipamentos	10.194	1.723	(112)	-	11.805
Móveis e utensílios	130	31	(3)	-	158
Instalações	1.200	40	(2)	19	1.257
Equipamentos de informática	352	33	(24)	-	361
Veículos	877	-	(65)	-	812
Obras em andamento	393	528	-	(327)	594
	17.782	2.355	(229)	-	19.908

Depreciação acumulada	31.12.12	Adições	Baixas	Transferências	31.12.13
Imóveis	(2.036)	(127)	23	(10)	(2.150)
Máquinas e equipamentos	(4.956)	(493)	50	18	(5.381)
Móveis e utensílios	(82)	(7)	-	-	(89)
Instalações	(819)	(33)	2	-	(850)
Equipamentos de informática	(239)	(16)	2	(8)	(261)
Veículos	(362)	(150)	39	-	(473)
	(8.494)	(826)	116		(9.204)
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2013	9.288	1.529	(113)	-	10.704

Teste de valor recuperável dos ativos imobilizados

A Companhia revisa periodicamente as vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

11 Intangível

			31.12.13		
		Custo	Amortização	Liquido	liquido
	Softwares	39	(4)	35	-
		39	(4)	35	-
	Movimentação do ativo intangível				
			Aquisições e		
		31.12.12	adições	Baixas	31.12.13
	Softwares	-	39	-	39
	Amortização de Softwares	 _	(4)	<u> </u>	(4)
			35	<u> </u>	35
12	Fornecedores				
				31.12.13	31.12.12
	Materiais e serviços		_	4.234	4.599
	Produtos acabados			4.496	3.704
			=	8.730	8.303
13	Empréstimos e financiamentos				
	Passivo Circulante				
		Taxa média ar	nual de juros e	31.12.13	31.12.12
	Modalidade	comis	ssões	31.12.13	31.12.12
	Moeda nacional				
	Capital de giro	3,04% a	.a. + CDI	-	7.557
	Leasing	De 12,5%	a 15,5% a.a	<u> </u>	86
			_	<u>-</u>	7.643

14 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

14	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		
		31.12.13	31.12.12
	Salários e encargos sociais	1.425	910
	Provisões para férias, 13º salário e encargos	1.171	1.198
	PLR - Participação nos lucros e resultados	1.122	651
	Imposto de renda e contribuição social sobre lucro	729	226
	IRRF a recolher	108	87
	PIS e COFINS a recolher	706	550
	ICMS a recolher	1.724	1.427
	Parcelamentos fiscais (REFIS IV)	5.449	6.598
	Outras	1	-
		12.435	11.647
	Passivo circulante	7.980	6.510
	Passivo não circulante	4.455	5.137
		12.435	11.647
	Desmembramento:		
	Trabalhistas	3.718	2.759
	Tributárias	8.717	8.888
	Estadual	1.724	1.427
	Federal	6.993	7.461
		12.435	11.647
15	Dividendos declarados		
		31.12.13	31.12.12
	Dividendos declarados	922	-
		922	-
	A Companhia declarou dividendos de R\$ 922 a serem submetidos à Assembleia Geral dos Acionistas para aprova seguir:	ção conforme cálculo d	demonstrado a
	Jogui.	31.12.13	31.12.12
	Lucro (prejuizo) contábil acumulado	3.881	(5.769)
	Reserva Legal (5%)	(194)	-
	Base ajustada para cálculo dos dividendos	3.687	(5.769)
	Dividendos obrigatórios (25%)	(922)	-
	Dividendos obrigatórios declarados	922	-
16	Provisões terceiros e outros		
		31.12.13	31.12.12
	Honorários advocatícios a pagar	902	179
	Trade Marketing a pagar	842	832
	Seguros a pagar	-	7
		1.744	1.018

17 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

São calculados com base no regime do lucro real de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos sobre Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram registrados sobre diferenças temporárias.

a) Reconciliação da alíquota do imposto de renda e contribuição social

	31.12.13	31.12.12
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.738	6.130
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal combinada - 34%	(5.011)	(2.084)
Ajuste para demonstração da alíquota efetiva		
Diferenças permanente	(77)	63
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(5.088)	(2.021)
Alíquota efetiva do IRPJ e da CSLL	-34,52%	-32,97%
A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração dos res dezembro de 2013 e 2012:	ultados do exercícios	s findos em 31 de
	31.12.13	31.12.12
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.657)	(1.204)

(1.431)

(5.088)

(817)

(2.021)

b) Composição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço patrimonial

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social estão limitadas a 30% do lucro tributável.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos têm a seguinte origem:

	31.12.13	31.12.12
Ativo		_
Prejuízo fiscal e base negativa	4.025	5.648
Provisão para contingência tributaria	-	-
Provisão para contingência trabalhista	170	164
Provisão para Devedores Duvidosos	54	44
PLR – Participação dos Lucros e Resultados	381	221
Faturamento não Entregue	71	-
Outros	22	22
Total dos impostos diferidos ativos	4.723	6.099
Passivo		
Ajuste da depreciação econômica	483	428
Total dos impostos diferidos passivos	483	428

A Administração considera que os ativos e passivos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

Com base em estudo técnico das projeções de lucros tributários futuros a Companhia estima a realização dos ativos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa nos seguintes exercícios:

	Estimativa	Percentual
Período	de realização	de realização
2014	886	22,01%
2015	917	22,78%
2016	948	23,55%
2017	1.020	25,34%
Após 2017	254	6,31%
	4.025	100,00%

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

18 Provisão para riscos processuais

A Companhia possui processos em andamento, oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituidas provisões baseadas em estimativas de seus consultores legais. As principais informações desses processos, em 31 de dezembro de 2013, estão assim representadas:

			31.12.13	31.12.12
Trabalhistas			500	482
			500	482
Movimentação das provisões				
	31.12.12	Adição	Baixas	31.12.13
Trabalhistas	482	157	(139)	500
	482	157	(139)	500

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia era parte em 51 ações de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 1.218. Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Companhia registrou provisões no montante de R\$ 500 relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de pagamento de horas extras, e de adicional de insalubridade.

Contingências possíveis

A Companhia também é partes envolvidas em processos trabalhistas, cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituida, em 31 de dezembro de 2013 com 22 processos era no valor total de R\$ 581 (em 31 de dezembro de 2012 com 20 processos era no valor total de R\$ 430).

Depósitos judiciais

A companhia quando necessário efetua depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências. O saldo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 675 (R\$ 801 em 31 de dezembro de 2012).

19 Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 é representado por 5.222.222 ações sem valor nominal, sendo 2.846.929 ações ordinárias e 2.375.293 ações preferenciais.

As ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferênciais tem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios apurados conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

b) Dividendos mínimos obrigatórios

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

20 Receita operacional líquida

	31.12.13	31.12.12
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS		
Receitas de vendas de produtos e mercadorias		
Mercado nacional	158.034	128.686
	158.034	128.686
DEDUÇÕES DE VENDAS		
Devoluções e descontos	(8.017)	(7.043)
Impostos sobre as vendas	(32.729)	(25.830)
	(40.746)	(32.873)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	117.288	95.813
21 Resultado financeiro líquido		
	31.12.13	31.12.12
Juros Ativos	134	170
Juros Passivos	(1.296)	(2.180)
Descontos obtidos	146	374
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(30)	(170)
	(1.046)	(1.806)

22 Outras (despesas)/receitas e despesas

Outras despesas e receitas em 31 de dezembro de 2013 no montante de (R\$ 2.649) e R\$ 3.459 referem-se basicamente à:

- i) Outras receitas resultado decorrente de vendas de sucatas e materiais reciclaveis.
- ii) Outras receitas resultado do recebimento Processo nº 2001.71.11.000395-8 Eletrobrás.
- iii) Outras despesas resultado na venda de bens ativo imobilizado.

23 Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do exercício pela quantidade de total de ações conforme demonstrado abaixo:

	31.12.13	31.12.12
Lucro líquido do exercício	9.650	4.109
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - Lote de mil	2.847	2.847
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais - Lote de mil	2.375	2.375
Total de ações em circulação - Lote de mil	5.222	5.222
Lucro por lote de mil acões - Básico - R\$	1.848	787

24 Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Apresentamos a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

Classificação por natureza	31.12.13	31.12.12
Depreciação e amortização	(830)	(501)
Despesas com pessoal	(16.021)	(15.322)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(86.843)	(72.558)
Impostos, taxas e contribuições	314	(4.165)
Participação proposta para os administradores	(431)	-
Remuneração de capitais de terceiros	(2.835)	(3.183)
Outras receitas e despesas	4.096	6.046
	(102.550)	(89.683)
Classificação por função	31.12.13	31.12.12
Custo dos produtos vendidos	(79.507)	(67.755)
Despesas com vendas	(21.339)	(18.754)
Despesas gerais e administrativas	(1.468)	(1.318)
Resultado financeiro líquido	(1.046)	(1.806)
Outras receitas e despesas operacionais	810	(50)
	(102.550)	(89.683)

25 Segmentos operacionais

A Companhia possui 2 (dois) segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades estratégicas de negócio. As unidades estratégicas de negócio oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing. Para cada uma dessas unidades, a Administração analisa os relatórios internos ao menos trimestralmente. A Companhia possui os seguintes segmentos reportáveis: Processados Resfriados e Congelados.

O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos analisados pela Administração. O lucro do segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a Administração acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos relativos a outras entidades que operam nestas indústrias. A precificação de transações entre os segmentos é determinada com base em valores de mercado.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais.

Receitas líquidas apresentadas por linha de produto:

	31.12.13	31.12.12
Receitas líquidas totais do segmento		
Processados resfriados	103.917	80.962
Processados congelados	13.371	14.851
Total	117.288	95.813
Depreciação apresentada por linha de produto:		
	31.12.13	31.12.12
Depreciação e amortização		
Processados resfriados	735	423
Processados congelados	95	78
Total	830	501
Total de ativos por segmento:		
	31.12.13	31.12.12
Total de ativos		
Processados resfriados	38.808	33.483
Processados congelados	4.993	6.142
Total	43.801	39.625
Receitas líquidas apresentadas por área geográfica		
	31.12.13	31.12.12
Receitas líquidas totais do segmento		
Rio Grande do Sul	85.738	73.776
Santa Catarina	20.408	14.372
Paraná	11.142	7.665
Total	117.288	95.813

Depreciação apresentada por área geográfica

	31.12.13	31.12.12
Depreciação e amortização		
Rio Grande do Sul	607	386
Santa Catarina	144	75
Paraná	79	40
Total	830	501
Total de ativos por área geográfica:		
	31.12.13	31.12.12
Total de ativos		
Rio Grande do Sul	31.975	30.511
Santa Catarina	7.621	5.944
Paraná	4.205	3.170
Total	43.801	39.625

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros e o limite máximo de indenização para 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 15,2 milhões.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27 Gerenciamento de riscos

Em sua rotina operacional, a Companhia gera exposições diversas a risco de mercado, crédito e liquidez. Tais exposições são controladas, seguindo diretrizes traçadas pela Administração na Política de Gestão de Riscos.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

a.) Risco de crédito

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e região onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. As vendas da Companhia se concentram em canais de grandes redes, auto serviço e revendedores, o que limita concentração de risco de crédito.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. A análise inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Os limites de compras são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido, somente poderão operar em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoa física ou jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, indústria, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes.

b.) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é garantir, sempre que possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse.

c.) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

d.) Risco de moeda

Como as operações da Companhia estão concentradas no mercado interno, e consequentemente seus fluxos de caixa estão basicamente em reais, não há risco associado à variação de moedas.

e.) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo das possíveis flutuações nas taxas de juros incidentes sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia. Visando minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação nas linhas de crédito, alternando a contratação com taxas variáveis e taxas fixas.

f.) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a Administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- · exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- · exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- · cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- · documentação de controles e procedimentos;
- · exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados:
- · exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- · desenvolvimento de planos de contingência;
- · treinamento e desenvolvimento profissional;
- · padrões éticos e comerciais;
- · mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

g.) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, bem comoe manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é apresentada a seguir:

	31.12.13	31.12.12
Total do Passivo Circulante e não Circulante	26.359	30.966
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.907)	(956)
(=) Dívida Líquida (A)	23.452	30.010
Total do Patrimônio Líquido (B)	16.959	8.231
Relação Dívida	1,383	3,646

28 Eventos subsequentes

Em 16 de janeiro de 2014, foi levantado o alvará referente à execução de sentença da ação judicial Nº 2001.71.11.000395-8/RS, contra Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, a qual visava obter o reconhecimento judicial do direito de receber a devolução do empréstimo compulsório da Eletrobrás com correção monetária integral, incluídos os expurgos inflacionários, desde a data da efetivação do empréstimo, até a efetiva restituição, bem como receber juros sobre os valores acrescidos da correção indevidamente expurgada, no valor total e R\$ 3.306.799,26 (Três milhões trezentos e seis mil setecentos e noventa e nove reais e vinte e seis centavos).

Renato Jackisch		Eliseo Santiago Perez Fernandez
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores		Diretor Administrativo e Financeiro
	Adilson Bergamo Contador CRC: MT-007248/O-0 T-RS	
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
	Wesley Mendonça Batista Presidente do Conselho	
Gilberto Tomazoni		Renato Jackisch
Conselheiro		Conselheiro